

# Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Contexto operacional

A Bardella S.A. Indústrias Mecânicas (“Companhia”) tem como principal atividade a fabricação de bens de capital sob encomenda, atuando em todas as fases de produção, desde a elaboração de projetos até a entrega em operação ao cliente. Além disso, executa reformas, melhorias e serviços de industrialização e reparos. Dedicar-se também à fabricação e comercialização de perfis laminados e trefilados. A Companhia é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil, e suas ações são negociadas na BM&F Bovespa. A Companhia possui duas plantas industriais no estado de São Paulo, nos municípios de Guarulhos e Sorocaba. A sede social da Companhia está localizada na Av. Antonio Bardella, 525 – Cumbica - Guarulhos – SP.

A Barefame Instalações Industriais Ltda., controlada da Companhia, atua em diversos estados do país, principalmente em montagem de campo para bens de capital sob encomenda, além de montagem e manutenção de dutos enterrados. A sede social da empresa está localizada em Guarulhos - SP.

A Barefame Industrial Ltda. está situada na cidade de São Mateus - ES. A Empresa tem como objetivo principal a industrialização de máquinas e equipamentos de elevação de cargas e de pessoas e instalação de máquinas e equipamentos industriais.

A Energo Agro Industrial Ltda., controlada da Companhia, tem por objeto a exploração de toras e quaisquer atividades agrícolas e pastoris, inclusive a administração de projetos de florestamento e reflorestamento, além de importação e exportação. A empresa atualmente não tem atividades operacionais e não há também planejamento para descontinuar-la. A sede social da empresa está localizada em Guarulhos - SP.

A Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda., controlada da Companhia, atua principalmente como corretora de seguros para a Bardella, suas controladas e respectivos colaboradores, embora tenha também terceiros entre seus clientes. A sede social da empresa está localizada em Guarulhos - SP.

A IMMA - Indústria Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda., controlada em conjunto com a Alstom Hydro Energia Ltda., tem como objetivo a fabricação de equipamentos hidromecânicos e de levantamento. A sede social está localizada em Porto Velho - RO.

A Duraferro Indústria e Comércio Ltda., atua na fabricação de pontes rolantes e equipamentos metalúrgicos. A sede social da empresa está localizada em Araras - SP.

A Companhia e suas controladas têm seus principais clientes nas áreas de Energia, Metalurgia, Mineração, Portos, Óleo e Gás.

## 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

### 2.1 Base de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), exceto pelos investimentos em sociedades controladas avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB, que não diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os CPCs.

A Diretoria da Companhia, em reunião realizada em 19 de março de 2014, autorizou emissão destas demonstrações financeiras.

A Companhia declara que as demonstrações financeiras consolidadas estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelos CPCs vigentes em 31 de dezembro de 2013, as quais incluem os novos pronunciamentos, interpretações e alterações, das seguintes normas, modificações e interpretações publicadas pelo IASB e pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013:

- *Alterações ao IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras – Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes*: As revisões do IAS 1 alteraram o agrupamento dos itens apresentados em outros resultados abrangentes. Itens que poderiam ser reclassificados (ou “reciclados”) ao resultado em certo período no futuro (por exemplo, ganhos líquidos em operações de *hedge* de investimentos líquidos, diferenças de variação cambial na tradução de operações no exterior, movimentos líquidos de *hedge* de fluxos de caixa ou ganhos na venda de ativos classificados como disponíveis para venda) deveriam ser apresentados separadamente dos itens que nunca serão reclassificados (por exemplo, ganhos ou perdas atuariais em planos de benefício definido).
- *Alterações ao IAS 19 Benefícios aos Empregados (Emenda)*: O IASB emitiu várias emendas ao IAS 19. Tais emendas englobam desde alterações fundamentais, como a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano, até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações e reformulação.
- *Alterações ao IAS 28 Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (revisado em 2011)*: Como consequência das recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 passa a ser IAS 28 - Investimentos em Associadas e *Joint Ventures*, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em *joint ventures*, além do investimento em associadas.
- *Alterações IFRS 1 – Empréstimos do Governo – Revisões da IFRS 1*: Estas revisões estabelecem a primeira aplicação das exigências do IAS 20 - Contabilização de Subvenção e Assistências Governamentais, prospectivamente a empréstimos governamentais existentes na data de transição para as IFRS. As entidades podem optar por aplicar as exigências da IFRS 9 (ou IAS 39, conforme o caso) e IAS 20 a empréstimos do governo retrospectivamente, se a informação necessária para isso tivesse sido obtida no momento da contabilização inicial desse empréstimo. A exceção dispensaria as entidades que estejam adotando a norma pela primeira vez da mensuração retrospectiva de empréstimos do governo com uma taxa de juros inferior à do mercado.
- *Alterações IFRS 7 – Divulgações - Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros – Revisões da IFRS 7*: Estas revisões exigem que uma entidade divulgue informações sobre os

direitos à compensação e acordos relacionados (por exemplo, acordos de garantia). As divulgações fornecem informações úteis aos usuários para avaliar o efeito de acordos de compensação sobre a posição financeira de uma entidade. As novas divulgações são necessárias para todos os instrumentos financeiros reconhecidos que são compensados de acordo com o IAS 32 Instrumentos Financeiros - Apresentação. As divulgações também se aplicam a instrumentos financeiros reconhecidos que estão sujeitos a um contrato principal de compensação ou acordo semelhante, independentemente de serem ou não compensados de acordo com o IAS 32.

- *Alterações IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas:* A norma IFRS 10 substitui a parte do IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas, que trata da contabilização das demonstrações financeiras consolidadas. Também aborda as questões suscitadas na SIC-12 *Consolidação - Entidades de Propósito Específico*. A IFRS 10 estabelece um modelo único de controle que se aplica a todas as entidades, inclusive entidades de propósito específico. As mudanças introduzidas pela IFRS 10 exigirão que a Administração exerça julgamento significativo para determinar quais entidades são controladas e, portanto, obrigadas a serem consolidadas por uma controladora, comparativamente aos requisitos que estavam no IAS 27.
- *Alterações IFRS 11 Empreendimentos Conjuntos:* A IFRS 11 substitui o IAS 31 - *Interesses em Empreendimentos Conjuntos* e a SIC-13 - *Entidades Controladas em Conjunto - Contribuições Não Monetárias por Empreendedores*. A IFRS 11 elimina a opção de contabilização de entidades controladas em conjunto (ECC) com base na consolidação proporcional. Em vez disso, as ECC que se enquadrarem na definição de empreendimento conjunto (*joint venture*) deverão ser contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial. A aplicação desta nova norma teve impacto sobre a posição patrimonial e financeira da Companhia, eliminando a consolidação proporcional da IMMA – Indústria Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda. Com a aplicação da norma, o investimento na empresa citada foi contabilizado com base no método da equivalência patrimonial. Esta norma entrou em vigor para exercícios anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2013, e foi aplicada retrospectivamente a empreendimentos conjuntos mantidos na data da aplicação inicial.
- *Alterações IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades:* A IFRS 12 inclui todas as divulgações anteriormente incluídas no IAS 27 relacionadas às demonstrações financeiras consolidadas, bem como todas as divulgações que foram previamente incluídas no IAS 31 e IAS 28. Estas divulgações são relacionadas às participações de uma entidade em controladas, empreendimentos conjuntos, associadas e entidades estruturadas. Uma série de novas divulgações também são necessárias, mas não haverá impacto sobre a posição financeira ou o desempenho da Companhia.
- *Alterações IFRS 13 Mensuração do Valor Justo:* A IFRS 13 estabelece uma única fonte de orientação nas IFRS para todas as mensurações do valor justo. A IFRS 13 não muda a determinação de quando uma entidade é obrigada a utilizar o valor justo, mas fornece orientação sobre como mensurar o valor justo de acordo com as IFRS, quando o valor justo é exigido ou permitido.

**Efeitos apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (período comparativo nas demonstrações de 31 de dezembro de 2013) relativos a aplicação da:**

IFRS 11 Empreendimentos Conjuntos – eliminação da consolidação proporcional da IMMA - Indústria Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda.

IFRS 13 Mensuração do Valor Justo – alteração da política contábil para propriedades para investimento para mensuração do valor justo (vide nota explicativa 3.10 e 14a).

31/12/2012				
	Consolidado Divulgado	Efeitos aplicação IFRS 11	Efeitos aplicação IFRS 13	Consolidado ajustado reapresentado
Ativo circulante	346.308	(73.871)	-	272.437
Ativo não circulante	422.372	13.812	5.074	441.258
<b>Total do Ativo</b>	<b>768.680</b>	<b>(60.059)</b>	<b>5.074</b>	<b>713.695</b>
Passivo circulante	231.013	(40.441)	-	190.572
Passivo não circulante	130.837	(19.618)	1.725	112.944
Patrimônio líquido	406.830	-	3.349	410.179
<b>Total do Passivo</b>	<b>768.680</b>	<b>(60.059)</b>	<b>5.074</b>	<b>713.695</b>
Receita operacional líquida	393.184	(83.104)	-	310.080
Lucro Bruto	30.887	(15.112)	-	15.775
Receitas (despesas) operacionais	(63.977)	12.566	730	(50.681)
Lucro/ prejuízo do exercício	(25.184)	-	481	(24.703)

01/01/2012				
	Consolidado Divulgado	Efeitos aplicação IFRS 11	Efeitos aplicação IFRS 13	Consolidado ajustado reapresentado
Ativo circulante	394.380	(45.314)	-	349.066
Ativo não circulante	443.739	(11.340)	6.890	439.289
<b>Total do Ativo</b>	<b>838.119</b>	<b>(56.654)</b>	<b>6.890</b>	<b>788.355</b>
Passivo circulante	265.854	(27.819)	-	238.035
Passivo não circulante	125.094	(28.835)	4.022	100.281
Patrimônio líquido	447.171	-	2.868	450.039
<b>Total do Passivo</b>	<b>838.119</b>	<b>(56.654)</b>	<b>6.890</b>	<b>788.355</b>

## 2.2 Novas IFRS e Interpretações do IFRIC que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013

Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, os seguintes IFRS, alterações e interpretações do IFRIC haviam sido publicados, porém não eram de aplicação obrigatória:

### Alterações que não deverão trazer impactos para a Companhia

- *IAS 32 Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros – Revisões do IAS 32:* Estas revisões explicam o significado de “atualmente tem o direito legal de compensação”. As revisões também esclarecem a adoção dos critérios de compensação do IAS 32 para os sistemas de liquidação (como os sistemas de câmaras de liquidação) que aplicam mecanismos brutos de liquidação que não são simultâneos. Esta norma tem vigência para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

### Alterações que deverão trazer impactos para a Companhia

- *IFRS 9 Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração:* A norma IFRS 9, conforme emitida reflete a primeira fase dos trabalhos do IASB referentes à substituição do IAS 39 e aplica-se à classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros, tal como definido no IAS

39. A norma inicialmente iria vigorar para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, contudo, a norma *Alterações à IFRS 9 - Data Efetiva da IFRS 9 e Divulgações para Transição*, emitida em dezembro de 2011, alterou a data efetiva obrigatória para 1º de Janeiro de 2015. Em fases posteriores, o IASB abordará a contabilidade de instrumentos de *hedge* e a redução ao valor recuperável de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração de ativos financeiros da Companhia e suas controladas, mas não causará impacto na classificação e mensuração de passivos financeiros. A Companhia quantificará o efeito em conjunto com as outras fases, quando for emitida a norma final, compreendendo todas as fases.

### **3 Sumário das principais práticas contábeis**

#### **3.1 Apuração do resultado**

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas brutas de vendas para produtos fabricados sob encomenda foram reconhecidas à medida de sua execução, proporcionalmente aos custos incorridos em relação aos custos totais estimados em orçamento ou reorçamento. As receitas de serviços prestados foram reconhecidas no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização ou se não puder ser mensurada confiavelmente.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas financeiras.

#### **3.2 Estimativas contábeis**

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia e suas Controladas usem de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. A determinação dessas estimativas leva em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem, quando aplicável: valor residual do ativo imobilizado e intangível; cálculo do custo atribuído (*deemed cost*) para determinados grupos de ativos imobilizados; a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativos intangíveis; taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; provisão para redução ao valor recuperável de ativos; provisão para devedores duvidosos; provisão para contingências; a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros; créditos fiscais diferidos (Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido). Apesar de refletirem a melhor estimativa possível por parte da Administração, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas pelo menos trimestralmente.

#### **3.3 Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira**

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em milhares de Reais (R\$). A moeda funcional da controladora é o Real. Todas as entidades consolidadas estão situadas no Brasil e possuem sua moeda funcional definidas em Reais (R\$).

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (Reais – R\$) pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

#### **3.4 Instrumentos financeiros**

### Instrumentos financeiros não derivativos:

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito abaixo:

#### ***a) Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado***

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

#### ***b) Instrumentos mantidos até o vencimento***

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem a intenção positiva e capacidade de manter seus instrumentos de dívida até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

#### ***c) Instrumentos disponíveis para venda***

Os investimentos da Companhia em instrumentos de patrimônio e de certos ativos relativos a instrumentos de dívida são classificados como disponíveis para venda. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliadas pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moeda estrangeira destes instrumentos, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para resultado.

#### ***d) Empréstimos e recebíveis***

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial, são mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

### Instrumentos financeiros derivativos:

Instrumentos financeiros derivativos são classificados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo, sendo sua contrapartida contabilizada no resultado do exercício como ganhos / perdas com derivativos na rubrica de resultado financeiro líquido.

Valor de mercado: o valor de mercado dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados é determinado com base nos valores cotados no mercado na data de fechamento do balanço. Na inexistência de mercado ativo, o valor de mercado é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor de mercado de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

Classificação entre circulante e não circulante: Instrumentos financeiros derivativos são classificados como circulante e não circulante ou segregados em parcela circulante e não circulante com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados.

Quando a Empresa mantiver um derivativo como hedge econômico (e não aplicar contabilidade de hedge), por um período superior a 12 meses após a data do balanço, o derivativo é classificado como não circulante (ou circulante se mantido por um período inferior a 12 meses), consistentemente com a classificação do item correspondente.

O instrumento derivativo é segregado em parcela circulante e não circulante apenas quando uma alocação confiável puder ser feita.

### **3.5 Caixa e equivalentes de caixa**

São classificados nesta rubrica os valores em caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de liquidez imediata ou resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de contratação e com risco insignificante de mudança de seu valor justo. As aplicações financeiras denominadas como equivalentes de caixa são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

### **3.6 Contas a receber**

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente e provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicáveis, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. Esta conta inclui efeitos a faturar, relativos aos produtos sob encomenda calculados através da apuração proporcional da receita bruta de vendas e, seus respectivos recebimentos são efetuados com base em eventos físicos de fabricação.

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

### **3.7 Estoques**

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição ou de produção, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e são constituídas provisões para perdas quando consideradas necessárias pela Administração.

### **3.8 Investimentos**

Os investimentos da Companhia em suas Controladas e Coligada são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28) e são contabilizados no balanço patrimonial da

Controladora ao custo, adicionado das mudanças ocorridas após a aquisição das respectivas participações societárias. Tais mudanças ou variações são apresentadas na demonstração de resultados da Controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido das Controladas e Coligada atribuível aos acionistas da Controladora.

As demonstrações financeiras das Controladas e Coligada são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Companhia.

### **3.9 Ativo imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos e atualizado monetariamente com base na legislação em vigor até 31 de dezembro de 1995.

Na data de transição para as IFRS, a Companhia e suas controladas, fizeram uso do dispositivo previsto no CPC 37 (R1) e seguindo orientação da Interpretação ICPC nº 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, avaliaram suas máquinas, equipamentos, edificações para atribuir um novo custo (deemed cost). A vida útil remanescente de todos os bens foi revisada.

A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 13 e leva em consideração o tempo de vida útil remanescente estimado no laudo de avaliação patrimonial ou mediante estudos técnicos fundamentados que determinaram os novos valores atribuídos aos ativos. Efeitos decorrentes de eventuais alterações nessas estimativas, se relevantes, são tratados como mudança de estimativas contábeis e reconhecidos de forma prospectiva no resultado do exercício. Encargos financeiros e os gastos que aumentam significativamente a vida útil dos bens são capitalizados ao valor do ativo imobilizado e depreciados, considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados. Os gastos com manutenção e reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesa quando incorridos.

Os bens de produção registrados no ativo imobilizado estão líquidos de créditos do Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") e a contrapartida está registrada em Impostos a compensar.

### **3.10 Propriedades para investimento**

Propriedades para Investimento são mensuradas ao valor justo. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando deixam de ser permanentemente utilizadas e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

De acordo com o item 30 do CPC 28 – Propriedades para Investimentos, a entidade deve escolher como sua política contábil o método do valor justo nos itens 33 a 55 ou o método do custo no item 56 e deve aplicar essa política a todas as suas propriedades para investimento.

As propriedades para investimentos pertencem à controlada Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda. e correspondem a três andares de prédio comercial de escritórios com o objetivo de aluguel.



Na data de transição para IFRS, a Companhia e suas controladas fizeram uso do dispositivo previsto no CPC 37 (R1) e seguindo orientação da Interpretação ICPC 10 – Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, avaliaram suas máquinas, equipamentos e edificações, inclusive as propriedades para investimentos, atribuindo um novo custo (deemed cost).

O Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro afirma que uma alteração voluntária na política contábil deve ser feita apenas se a alteração resultar numa apresentação mais apropriada das operações, de outros acontecimentos ou de condições nas demonstrações financeiras da entidade.

Desta forma, a Companhia decidiu pela alteração da política contábil para propriedade para investimento e a partir de 2013, passou a avalia-las pelo método do valor justo.

As informações de propriedades para investimentos estão demonstradas na Nota Explicativa 14.a.

Os impactos destas alterações são descritos a seguir:

**a. Impacto sobre a demonstração do resultado**

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>
Receitas operacionais	730	926
Imposto de renda e contribuição social s/lucro líquido diferidos	(249)	(314)
<b>Resultado do Exercício</b>	<b><u>481</u></b>	<b><u>612</u></b>

**b. Impacto sobre o patrimônio líquido - aumento (redução)**

	<u>01/01/2012</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>
Propriedades para investimentos	4.345	730	926
<b>Ativo não circulante</b>	<b>4.345</b>	<b>730</b>	<b>926</b>
Provisão IR e CSLL diferidos	1.477	249	314
<b>Passivo não circulante</b>	<b>1.477</b>	<b>249</b>	<b>314</b>
<b>Impacto no patrimônio líquido</b>	<b><u>2.868</u></b>	<b><u>481</u></b>	<b><u>612</u></b>

### 3.11 Arrendamento mercantil

- *Arrendamento financeiro*

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo menor valor entre o valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a Nota Explicativa nº 13. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

- *Arrendamento operacional*

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional, que incluem aluguéis de equipamentos e imóveis, quando aplicável, são reconhecidos como despesas no demonstrativo de resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

### **3.12 Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida compreendem os saldos de ágio adquiridos por meio de combinação de negócios que têm como fundamento econômico a rentabilidade futura. Os ativos intangíveis com vida útil definida estão representados por softwares amortizados pelo tempo remanescente estimado para uso. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados e tem o seu valor recuperável testado, anualmente.

### **3.13 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)**

Um ativo é reconhecido somente quando for provável que seu benefício econômico futuro será gerado em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Ativos contingentes não são reconhecidos.

Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

### **3.14 Provisões**

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia e suas Controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

### **3.15 Subvenções e assistências governamentais**

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo órgão governamental concedente e de que serão auferidas. São registradas como receita ou redução de despesa no resultado do período de fruição do benefício e, posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

### **3.16 Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, não registrando ajustes desta natureza.

### 3.17 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidos do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A Companhia e suas Controladas optaram pelo Regime Tributário de Transição (RTT) previsto na Lei 11.941/09.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e o CPC Nº 32 – Tributo sobre o Lucro, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração.

### 3.18 Dividendos e juros sobre capital próprio

Pela legislação brasileira é permitido às sociedades pagar juros sobre o capital próprio, os quais são similares ao pagamento de dividendos, porém são dedutíveis para fins de apuração dos tributos sobre a renda. A distribuição dos juros sobre o capital próprio aos acionistas, quando aplicável, está sujeita à retenção de imposto de renda à alíquota de 15%.

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, quando aplicável, efetuada pela Administração da Companhia e que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica de “Dividendos e JCP a pagar” por ser considerada uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia.

### 3.19 Lucro por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período, nos termos do CPC 41- Resultado por Ação e IAS 33 - Resultado por Ação. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o resultado por ação básico e diluído são iguais.

## 4. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Bardella S.A. Indústrias Mecânicas e suas controladas a seguir relacionadas:

	<b>Porcentagem de Participação</b>	
	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
		<b>Reapresentado</b>
Barefame Instalações Industriais Ltda.	100,00%	100,00%
Energo Agro Industrial Ltda.* <sup>1</sup>	100,00%	100,00%
Bardella Adm. de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda.	100,00%	100,00%
Duraferro Indústria e Comércio Ltda.* <sup>1</sup>	60,00%	60,00%
Barefame Industrial Ltda.* <sup>2</sup>	100,00%	100,00%

(\*) O percentual refere-se ao controle direto e indireto.

(\*) O percentual refere-se ao controle indireto

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas. A data base das demonstrações financeiras intermediárias das controladas incluídas na consolidação é

coincidente com a da controladora.

### **IMMA - Indústria Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda.**

A partir de 1º de janeiro de 2013, a consolidação proporcional da entidade controlada em conjunto IMMA Indústria Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda., foi eliminada por força da aplicação do “IFRS 11 – Empreendimentos Conjuntos” conforme descrito na nota explicativa 2.1. Com a aplicação da norma, o investimento na empresa citada foi contabilizado com base no método da equivalência patrimonial, vide nota explicativa 2.1.

As principais informações financeiras da controlada em conjunto estão demonstradas na nota explicativa 14b.

#### ***Descrição dos principais procedimentos de consolidação***

- a. Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- b. Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos acumulados das empresas controladas;
- c. Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados;
- d. Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado, apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado;
- e. Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

### **5. Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
				<b>Reapresentado</b>
Caixa e bancos	493	645	731	743
Aplicações financeiras - CDBs pós-fixados	12.590	23.142	13.994	25.779
	<b>13.083</b>	<b>23.787</b>	<b>14.725</b>	<b>26.522</b>

As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um risco remoto de mudança de valor. As aplicações financeiras em certificados de depósito bancário e obrigações compromissadas foram remuneradas por taxas que variavam de 98% a 100% do certificado de depósito interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2013 (98% a 100,5% em 31 de dezembro de 2012), tendo como contraparte bancos de primeira linha.

## 6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012 Reapresentado	31/12/2013	31/12/2012 Reapresentado
<b>Circulante:</b>				
Clientes no país contratos de serviços e construção (nota explicativa 7)	47.252	46.508	58.766	49.959
Produtos seriados	12.613	11.721	16.673	15.522
Efeitos a faturar clientes no país contratos de serviços e construção (nota explicativa 7)	82.015	35.901	89.095	40.556
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(2.007)	(1.317)	(2.657)	(1.950)
<b>Subtotal</b>	<b>139.873</b>	<b>92.813</b>	<b>161.877</b>	<b>104.087</b>
Partes relacionadas - contratos de serviços e construção (notas explicativas 7 e 12)	28.908	30.311	-	-
	<b>168.781</b>	<b>123.124</b>	<b>161.877</b>	<b>104.087</b>
<b>Não circulante:</b>				
Efeitos a faturar clientes no país contratos de serviços e construção (nota explicativa 7)	9.927	-	9.927	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(4.964)	-	(4.964)	-
<b>Subtotal</b>	<b>4.963</b>	<b>-</b>	<b>4.963</b>	<b>-</b>
	<b>173.744</b>	<b>123.124</b>	<b>166.840</b>	<b>104.087</b>

### Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	Controladora	Consolidado
<b>Circulante</b>		
<b>Saldo inicial 31/12/2012</b>	<b>(1.317)</b>	<b>(1.950)</b>
Adição	(704)	(721)
Baixa	-	-
Reversão	14	14
<b>Saldo final 31/12/2013</b>	<b>(2.007)</b>	<b>(2.657)</b>
<b>Não Circulante</b>		
<b>Saldo inicial 31/12/2012</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Adição	(4.964)	(4.964)
Baixa	-	-
Reversão	-	-
<b>Saldo final 31/12/2013</b>	<b>(4.964)</b>	<b>(4.964)</b>
	<b>(6.971)</b>	<b>(7.621)</b>

A composição dos valores em contas a receber referentes aos produtos seriados e serviços, por idade de vencimento é como segue:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
A vencer	7.413	8.821	10.136	11.753
Vencidos 1 a 30 dias	1.825	177	2.498	182
Vencidos 31 a 60 dias	850	223	864	225
Vencidos 61 a 90 dias	524	75	524	166
Vencidos 91 a 120 dias	3	218	3	352
Vencidos acima de 121 dias	1.998	2.207	2.648	2.844
	<b>12.613</b>	<b>11.721</b>	<b>16.673</b>	<b>15.522</b>

A parcela não circulante das contas a receber contém o valor líquido de R\$ 4.963 decorrente de reivindicações em contratos de longo prazo, cujas receitas foram reconhecidas devido às negociações terem atingido um estágio tal que tornou-se provável seu recebimento.

Os prazos ajustados para a conclusão dos projetos de fornecimento de bens de capital e equipamentos de infraestrutura são substancialmente longos e consequentemente propiciam oscilações durante a execução dos projetos, o que obriga a Companhia a cobrar, junto a determinados clientes, o ressarcimento de gastos para a preservação do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

A conta “Efeitos a faturar” clientes no país contratos de serviços e construção (nota explicativa 7) refere-se ao saldo a receber de contratos de serviços e construção em execução e ainda não faturados e equivale ao excedente da receita reconhecida pelo método da percentagem completada e o respectivo valor recebido.

A provisão para devedores duvidosos é constituída com base em análise da situação financeira de cada cliente e, em casos de processos judiciais de cobrança, com base em pareceres da respectiva assessoria jurídica.

A Companhia e suas controladas não possuem seguros de créditos para seus recebíveis.

## **7. Contratos de serviços e construção**

Os contratos de construção correspondem aos produtos sob encomenda, cujo reconhecimento da receita bruta no resultado é feita tomando-se como base a proporção do trabalho executado até a data do balanço e apurada através da proporção dos custos incorridos, em contraposição aos custos estimados totais do contrato (método da percentagem completada), conforme previsto no CPC 17 (R1) - Contratos de Construção.

A conta “Adiantamento de clientes” está composta principalmente de valores decorrentes de recebimento referentes a contratos de fabricação de equipamentos e serviços sob encomenda e representam a quantia bruta devida ao contratante relativa aos valores recebidos por conta de trabalhos do contrato ainda por executar, equivalente ao excedente em relação à receita reconhecida através do método da percentagem completada.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
				Reapresentado
<b>Circulante:</b>				
Saldo a receber de contratos faturados em execução ou executados (nota explicativa 6)	76.160	76.819	58.766	49.959
Efeitos a faturar clientes no país contratos de serviços e construção (nota explicativa 6)	82.015	35.901	89.095	40.556
	<b>158.175</b>	<b>112.720</b>	<b>147.861</b>	<b>90.515</b>
<b>Não circulante:</b>				
Efeitos a faturar clientes no país contratos de serviços e construção (nota explicativa 6)	4.963	-	4.963	-
Adiantamentos recebidos por conta de contratos de serviços e construção em execução (nota explicativa 17)	(78.672)	(45.555)	(82.695)	(51.415)
Contratos de serviços e construção líquido a receber	<b>84.466</b>	<b>67.165</b>	<b>70.129</b>	<b>39.100</b>

## 8. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
				Reapresentado
Produtos acabados	15.514	15.537	15.595	15.639
Produtos em elaboração	23.784	14.951	30.632	21.889
Matérias primas	50.436	58.912	55.539	63.704
Material de consumo	1.703	535	4.563	3.626
	<b>91.437</b>	<b>89.935</b>	<b>106.329</b>	<b>104.858</b>

## 9. Tributos a recuperar e diferidos

### a. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
				Reapresentado
<b>Circulante:</b>				
ICMS	9.108	-	11.382	858
IPI	2.077	2.587	2.715	2.766
Imposto de renda e contribuição social	1.302	1.444	6.128	8.944
COFINS	4.809	6.030	6.229	7.947
PIS	1.212	1.309	1.496	1.701
Outros	303	9	993	573
	<b>18.811</b>	<b>11.379</b>	<b>28.943</b>	<b>22.789</b>
<b>Não Circulante:</b>				
ICMS s/aquisição imobilizado	251	414	296	414
IPI	708	689	708	689
PIS	2.757	2.701	2.768	2.820
	<b>3.716</b>	<b>3.804</b>	<b>3.772</b>	<b>3.923</b>
	<b>22.527</b>	<b>15.183</b>	<b>32.715</b>	<b>26.712</b>

## **b. Imposto de Renda e Contribuição Social**

### **Neutralidade para fins tributários - Lei nº 11.941/09**

Em função do Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, as apurações do imposto sobre a renda (IRPJ), da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), da contribuição para o PIS e da contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS), continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro de 2007. Dessa forma, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis foram registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com o pronunciamento CPC 32 - Tributos sobre o lucro.

### **Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias e sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social.

De acordo com o CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia e suas Controladas, fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico (data base 31 de dezembro de 2013) aprovado pelos órgãos da Administração, reconheceram também os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia e suas Controladas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
				<b>Reapresentado</b>
Prejuízos fiscais	17.566	17.201	24.927	24.458
Base negativa CSLL	6.141	5.897	8.791	8.507
Diferenças temporárias	2.681	2.275	3.217	3.139
<b>Total IR/CSLL diferido ativo</b>	<b>26.388</b>	<b>25.373</b>	<b>36.935</b>	<b>36.104</b>
<b>Saldo de IR/CSLL diferido ativo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(6.161)</b>	<b>(5.512)</b>
	<b>26.388</b>	<b>25.373</b>	<b>30.774</b>	<b>30.592</b>
Efeito de IR/CSLL dif. passivo adoção dos novos pronunciamentos	(57.531)	(58.356)	(73.751)	(76.471)
<b>Saldos de IR/CSLL diferidos passivo</b>	<b>(31.143)</b>	<b>(32.983)</b>	<b>(42.977)</b>	<b>(45.879)</b>

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a elas correspondentes.

Saldo do IR/CSLL diferido ativo - Refere-se a IR/CSLL diferido líquido da controlada Barefame Instalações Industriais Ltda., que foram mantidos no ativo por não serem compensáveis com o imposto diferido passivo.



A seguir demonstramos a expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
2014	453	710
2015	2.298	3.698
2016	2.791	4.156
2017	2.799	3.935
2018	2.795	3.928
2019	2.851	3.987
2020	2.994	4.137
2021	3.101	4.245
2022	3.138	4.053
2023	3.168	4.086
	<b>26.388</b>	<b>36.935</b>

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e, conseqüentemente estão sujeitas às incertezas inerentes a essas previsões.

#### Conciliação de despesa de Imposto de renda e Contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
		<b>Reapresentado</b>		<b>Reapresentado</b>
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social.	(41.069)	(30.297)	(40.318)	(34.906)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
<b>Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal</b>	<b>13.963</b>	<b>10.301</b>	<b>13.708</b>	<b>11.868</b>
<b>Diferenças permanentes</b>				
Resultado de equivalência patrimonial	(6.348)	5.810	2.465	23.649
Receita de incentivos fiscais	-	-	936	827
Despesas ineducutíveis	(1.699)	(2.031)	(1.916)	(2.366)
Dividendos	-	-	117	-
	<b>(8.047)</b>	<b>3.779</b>	<b>1.602</b>	<b>22.110</b>
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
<b>Efeito das diferenças permanentes pela alíquota nominal</b>	<b>(2.736)</b>	<b>1.285</b>	<b>545</b>	<b>7.517</b>
Crédito fiscal diferido não constituído	(9.389)	(5.992)	(12.592)	(11.516)
Outros	-	-	30	868
<b>Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício:</b>	<b>1.838</b>	<b>5.594</b>	<b>1.691</b>	<b>8.737</b>
.Corrente	-	-	(704)	(71)
.Diferido	1.838	5.594	2.395	8.808

**Crédito fiscal diferido não constituído:** refere-se a diferenças temporárias e prejuízos fiscais sobre os quais não foi constituído o crédito fiscal diferido em razão do limite aprovado pela Administração no estudo técnico já mencionado nesta nota explicativa.

## 10. Títulos e valores mobiliários

A conta títulos e valores mobiliários está composta por ações da Vale S/A. O valor de mercado das ações foi obtido através da entidade custodiante e referem-se à cotação dos títulos na Bolsa de Valores de São Paulo, no último dia do exercício.

Estes instrumentos financeiros foram classificados na categoria de “Investimentos detidos para a venda”.

O detalhamento da quantidade de ações detidas e os valores justos em cada período/exercício está demonstrado conforme segue:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
Quantidade de ações PNAN1 – Vale5	426.240	426.240
Valor de mercado na data de fechamento	32,83	40,77
Custo de aquisição	222	222
Variação do valor justo	13.772	17.155
Saldo contábil ( <i>fair value</i> )	<b>13.994</b>	<b>17.377</b>

## 11. Outros créditos

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
				<b>Reapresentado</b>
<b>Circulante</b>				
Adiantamento a fornecedores	10.738	8.470	11.281	9.749
Adiantamentos de férias	109	416	124	445
Outros	1.535	1.559	1.712	1.914
	<b>12.382</b>	<b>10.445</b>	<b>13.117</b>	<b>12.108</b>
<b>Não Circulante</b>				
Depósitos judiciais	5.234	4.994	7.983	8.203
Outros	613	597	883	837
	<b>5.847</b>	<b>5.591</b>	<b>8.866</b>	<b>9.040</b>
	<b>18.229</b>	<b>16.036</b>	<b>21.983</b>	<b>21.148</b>

## 12. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos existentes ao final do período e exercício, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com suas Controladas e Controlada em conjunto.

As principais operações realizadas referem-se a:

a. *Contratos de mútuo* – Referem-se a empréstimos para capital de giro e são contratados a taxa média

diária do CDI, pelo prazo de necessidade das tomadoras;

- b. Vendas de produtos e serviços** - As transações são feitas considerando condições específicas pactuadas entre as partes e quando envolvem terceiros como destinatários finais, são efetuadas de acordo com os parâmetros fixados nos contratos com os clientes finais;
- c. Prestação de serviços administrativos e aluguéis** - A prestação de serviços administrativos entre as partes é cobrada mensalmente, de acordo com o rateio de custos efetivos. Os aluguéis de bens móveis e imóveis são cobrados mensalmente respeitando valores específicos acordados entre as partes;
- d. Avais, fianças e hipotecas concedidas em favor das Controladas e Controlada em conjunto** - A Companhia concedeu os seguintes avais em favor das Controladas do grupo, conforme relacionado abaixo:

	31/12/2013	31/12/2012
Barefame Instalações Industriais Ltda.	6.788	18.490
Duraferro Indústria e Comércio Ltda.	30.829	13.713
IMMA Indústria Met. e Mecânica da Amazônia Ltda.	15.437	22.561
	<b>53.054</b>	<b>54.764</b>

**e. Composição dos saldos patrimoniais e transações realizadas entre a Controladora e suas Controladas em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012**

2013	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receitas	Despesas e custos
Barefame Instalações Industriais Ltda.	30.045	37.045	398	-	7.331	5.544
Bardella Adm. de Bens e Empr. e Cor. de Seguros Ltda.	28	-	11	3.517	84	380
Energio Agro Industrial Ltda.	6	-	-	7.433	17	565
Duraferro Indústria e Comércio Ltda.	10.404	-	153	10.059	174	4.812
	<b>40.483</b>	<b>37.045</b>	<b>562</b>	<b>21.009</b>	<b>7.606</b>	<b>11.301</b>
Contas a receber (Nota 6)	28.908	-	-	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	11.575	-	-	-	-	-
	<b>40.483</b>	-	-	-	-	-
	Reapresentado				Reapresentado	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receitas	Despesas e custos
2012						
Barefame Instalações Industriais Ltda.	31.964	24.239	51	-	5.278	7.288
Bardella Adm. de Bens e Empr. e Cor. de Seguros Ltda.	12	-	21	3.213	101	382
Energio Agro Industrial Ltda.	4	-	-	7.191	26	570
Duraferro Indústria e Comércio Ltda.	423	-	-	-	3.209	23
	<b>32.403</b>	<b>24.239</b>	<b>72</b>	<b>10.404</b>	<b>8.614</b>	<b>8.263</b>
Contas a receber (Nota 6)	30.311	-	-	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	2.092	-	-	-	-	-
	<b>32.403</b>	-	-	-	-	-

Os preços e demais condições comerciais praticadas nas transações entre partes relacionadas são acordadas em contratos firmados.

**f. Remuneração dos administradores – benefícios de curto prazo (remuneração fixa e variável).**

Em 31 de dezembro de 2013, a Administração da Bardella era composta por 4 conselheiros de administração e 3 diretores. O conselho fiscal era composto por 5 membros.

No período findo em 31 de dezembro de 2013, os membros do Conselho de Administração foram remunerados pelo montante de R\$ 1.613 (em 31 de dezembro de 2012 foi R\$ 1.194), o Conselho Fiscal pelo montante de R\$ 440 (em 31 de dezembro de 2012 foi R\$ 410) e a Diretoria pelo montante de R\$ 2.522 (em 31 de dezembro de 2012 foi R\$ 2.908), por seus serviços.

A Companhia e suas Controladas não patrocinam planos de pensão, benefícios pós-emprego e programas de remuneração baseada em ações.

**13. Imobilizado**

				<b>Controladora</b>	
				<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
	<b>Taxa anual depreciação</b>	<b>Custo</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Liquido</b>	<b>Liquido</b>
Edificações	2,70%	131.300	(23.095)	108.205	110.396
Máquinas e equipamentos	8,40%	141.886	(86.144)	55.742	62.116
Móveis e utensílios	10,00%	6.067	(4.931)	1.136	1.267
Veículos	20,00%	3.593	(2.866)	727	839
Equipamentos de informática	20,00%	5.065	(4.810)	255	343
Terrenos	0,00%	55.658	-	55.658	55.658
Instalações	10,00%	26.455	(24.987)	1.468	1.839
Obras em andamento	0,00%	8.534	-	8.534	5.712
		<b>378.558</b>	<b>(146.833)</b>	<b>231.725</b>	<b>238.170</b>

				<b>Consolidado</b>	
				<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
				<b>Reapresentado</b>	
	<b>Taxa anual depreciação</b>	<b>Custo</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Liquido</b>	<b>Liquido</b>
Edificações	3,10%	164.923	(27.410)	137.513	137.413
Máquinas e equipamentos	9,00%	184.473	(108.257)	76.216	85.486
Móveis e utensílios	10,00%	7.706	(6.134)	1.572	1.810
Veículos	13,80%	32.123	(21.793)	10.330	12.603
Equipamentos de informática	20,00%	7.163	(6.726)	437	605
Terrenos	0,00%	56.894	-	56.894	56.894
Instalações	10,00%	30.134	(26.102)	4.032	4.508
Obras em andamento	0,00%	9.961	-	9.961	9.358
		<b>493.377</b>	<b>(196.422)</b>	<b>296.955</b>	<b>308.677</b>

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, do montante líquido demonstrado, R\$ 7.848, refere-se substancialmente a máquinas e equipamentos arrolados em garantia de ações judiciais e procedimentos administrativos.

**Movimentação do custo**

					Controladora
	31/12/2012				31/12/2013
	Custo	Adições	Baixas	Transferência	Custo
Edificações	131.235	-	-	65	131.300
Máquinas e equipamentos	143.613	1.043	(3.089)	319	141.886
Móveis e utensílios	5.982	91	(4)	(2)	6.067
Veículos	3.483	110	-	-	3.593
Equipamentos de computação	5.006	59	-	-	5.065
Terrenos	55.658	-	-	-	55.658
Instalações	26.426	5	-	24	26.455
Obras em andamento	5.712	3.228	-	(406)	8.534
	377.115	4.536	(3.093)	-	378.558

**Movimentação do custo**

	Consolidado				
	31/12/2012	31/12/2013			
	Reapresentado				
	Custo	Adições	Baixas	Transferência	Custo
Edificações	161.782	686	-	2.455	164.923
Máquinas e equipamentos	186.643	1.463	(3.963)	330	184.473
Móveis e utensílios	7.639	95	(26)	(2)	7.706
Veículos	32.440	487	(841)	37	32.123
Equipamentos de computação	7.051	113	(1)	-	7.163
Terrenos	56.894	-	-	-	56.894
Instalações	30.105	5	-	24	30.134
Obras em andamento	9.358	3.447	-	(2.844)	9.961
	491.912	6.296	(4.831)	-	493.377

**Movimentação da depreciação**

	31/12/2012			31/12/2013
	Depreciação acumulada	Depreciação do exercício	Baixas	Depreciação acumulada
Edificações	(20.839)	(2.256)	-	(23.095)
Máquinas e equipamentos	(81.497)	(6.882)	2.235	(86.144)
Móveis e utensílios	(4.715)	(219)	3	(4.931)
Veículos	(2.644)	(222)	-	(2.866)
Equipamentos de computação	(4.663)	(147)	-	(4.810)
Instalações	(24.587)	(400)	-	(24.987)
	<b>(138.945)</b>	<b>(10.126)</b>	<b>2.238</b>	<b>(146.833)</b>

<b>Movimentação da depreciação</b>				<b>Consolidado</b>
	<b>31/12/2012</b>			<b>31/12/2013</b>
	<b>Reapresentado</b>			
	<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Depreciação do exercício</b>	<b>Baixas</b>	<b>Depreciação acumulada</b>
Edificações	(24.369)	(3.041)	-	(27.410)
Máquinas e equipamentos	(101.157)	(9.980)	2.880	(108.257)
Móveis e utensílios	(5.831)	(317)	14	(6.134)
Veículos	(19.837)	(2.783)	827	(21.793)
Equipamentos de computação	(6.445)	(282)	1	(6.726)
Instalações	(25.597)	(505)	-	(26.102)
	<b>(183.236)</b>	<b>(16.908)</b>	<b>3.722</b>	<b>(196.422)</b>

Estão considerados os montantes a título de arrendamento mercantil financeiro descritos na nota explicativa 16.1.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia e suas Controladas não identificaram indicadores que poderiam requerer a constituição de provisão para perda de valor recuperável de seus ativos. A Companhia e suas Controladas avaliam periodicamente a vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado e não foram verificados ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidas em 31 de dezembro de 2013.

## 14. Investimentos

### a. Propriedades para investimento

#### Valor justo das Propriedades para Investimento

Conforme nota explicativa 3.10, em 2013 a Companhia passou a apresentar suas propriedades para investimento a valor justo, sendo as mudanças no valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. A Companhia contratou avaliadores independentes especializados para determinar o valor justo em 01/01/2012, em 31/12/2012 e em 31/12/2013.

O valor justo das propriedades para investimento da Companhia em 31/12/2013, em 2012 e em 2011 foi reconhecido com base na avaliação feita para aquelas datas pela STIMA Engenharia Ltda.

	<b>Consolidado</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro 2011</b>	<b>4.388</b>
Ajuste a valor justo	4.345
<b>Saldo em 01 de Janeiro 2012</b>	<b>8.733</b>
Depreciação no período	(160)
Ajuste a valor justo	730
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>9.303</b>
Depreciação	(104)
Ajuste a valor justo	926
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>10.125</b>

## Receita de aluguel derivada de propriedades para investimento

	31/12/2013	31/12/2012
Aluguéis Recebidos	619	438

As propriedades para investimento pertencem à controlada Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda. e correspondem a três andares de prédio comercial alugados.

### b. Participação em empresas controladas, controlada em conjunto e coligada

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
	Reapresentado		Reapresentado	
Participação em empresas controladas, controlada em conjunto e coligada	113.349	114.586	70.390	73.188
Outros Investimentos	141	141	145	145
	<b>113.490</b>	<b>114.727</b>	<b>70.535</b>	<b>73.333</b>

### Movimentação dos saldos

	Barefame Inst.Inds. Ltda.	Bardella Adm. Bens e Empr. E Cor. Seguros Ltda.	Energo Agro Industrial Ltda.	Duraferro Ind. e Comércio Ltda.	IMMA - Ind. Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda.	Planihold S.A.	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>13.361</b>	<b>26.990</b>	<b>4.955</b>	<b>9.113</b>	<b>49.555</b>	<b>4.427</b>	<b>108.401</b>
Resultado de equivalência patrimonial	(16.589)	185	32	(1.466)	24.111	(463)	5.810
Ajuste de equivalência patrimonial	-	-	-	-	(696)	-	(696)
Realização por baixa do ajuste avaliação patrimonial	1.131	-	-	-	-	-	1.131
Resultado de equiv. patrimonial sobre resultado abrangente	-	3.686	-	-	-	-	3.686
Lucros pagos	-	-	-	-	(3.746)	-	(3.746)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012 (reapresentado)</b>	<b>(2.097)</b>	<b>30.861</b>	<b>4.987</b>	<b>7.647</b>	<b>69.224</b>	<b>3.964</b>	<b>114.586</b>
Resultado de equivalência patrimonial	(10.510)	1.034	57	606	2.815	(350)	(6.348)
Resultado de equiv. patrimonial sobre resultado abrangente	-	(2.234)	-	-	-	-	(2.234)
Provisão para perdas investimentos controladas	12.607	-	-	-	-	-	12.607
Lucros pagos	-	-	-	-	(5.262)	-	(5.262)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>-</b>	<b>29.661</b>	<b>5.044</b>	<b>8.253</b>	<b>66.777</b>	<b>3.614</b>	<b>113.349</b>

• **Informações das Investidas**

	<b>Barefame Inst. Inds. Ltda.</b>		<b>Bardella Adm. Bens e Empr. e Cor.Seg Ltda.</b>		<b>Energo Agro Industrial Ltda.</b>	
	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
				<b>Reapresentado</b>		
Ativo circulante	26.082	29.603	404	523	730	875
Ativo não circulante	49.610	53.319	37.455	39.362	7.433	7.191
Passivo circulante	44.713	49.022	260	250	150	145
Passivo não circulante	43.586	35.997	7.938	8.774	-	-
Patrimônio líquido	(12.607)	(2.097)	29.661	30.861	8.013	7.921
Receita operacional líquida	42.435	30.347	850	721	-	-
Resultado do exercício	(10.510)	(16.589)	1.034	185	92	51

	<b>Barefame Inst. Inds. Ltda.</b>		<b>Bardella Adm. Bens e Empr. e Cor.Seg Ltda.</b>		<b>Energo Agro Industrial Ltda.</b>	
	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
				<b>Reapresentado</b>		
Capital social	22.672	22.672	2.850	2.850	5.400	5.400
Quant. de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	22.672	22.672	2.850	2.850	5.400	5.400
Quotas	22.672	22.672	2.850	2.850	5.400	5.400
Patrimônio líquido	(12.607)	(2.097)	29.661	30.861	8.013	7.921
Participação no capital social, no final do exercício	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	62,96%	62,96%
Participação no patrimônio líquido	(12.607)	(2.097)	29.661	30.861	5.044	4.987
Resultado de equivalência patrimonial	(10.510)	(16.589)	1.034	185	57	32

	<b>IMMA - Ind. Met. e Mec. da Amazonia Ltda.</b>		<b>Duraferro Ind.e Comércio Ltda.</b>		<b>Planihold S/A.</b>	
	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
Ativo circulante	139.604	152.470	23.924	11.936	557	577
Ativo não circulante	103.557	110.824	34.101	25.633	16.865	18.531
Passivo circulante	84.694	85.608	26.820	11.181	18	18
Passivo não circulante	24.913	39.237	10.574	7.271	-	-
Patrimônio líquido	133.554	138.449	20.631	19.117	17.404	19.090
Receita operacional líquida	119.207	184.067	44.800	24.985	-	-
Resultado do exercício	5.630	48.225	1.514	(3.666)	(1.686)	(2.233)

	<b>IMMA - Ind. Met. e Mec. da Amazonia Ltda.</b>		<b>Duraferro Ind.e Comércio Ltda.</b>		<b>Planihold S/A.</b>	
	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
Capital social	10.000	10.000	1.500	1.500	23.440	23.440
Quant. de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	5.000	5.000	600	600	4.866	4.866
Ordinárias	-	-	-	-	4.866	4.866
Quotas	5.000	5.000	600	600	-	-
Patrimônio líquido	133.554	138.449	20.631	19.117	17.404	19.090
Participação no capital social, no final do exercício	50,00%	50,00%	40,00%	40,00%	20,76%	20,76%
Participação no patrimônio líquido	66.777	69.224	8.253	7.647	3.614	3.964
Resultado de equivalência patrimonial	2.815	24.111	606	(1.466)	(350)	(463)



## 15. Intangível

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia e suas Controladas possuíam registrados os seguintes ativos intangíveis:

		Custo			Amortização		
		Saldo em 31/12/2012	Aquisições	Saldo em 31/12/2013	Saldo em 31/12/2012	Amortização	Saldo em 31/12/2013
<b>Vida útil definida</b>							
Software	5 anos	25.242	3.046	28.288	(16.559)	(537)	(17.096)
Ágio aquis. investim Duraferro	indefinida	3.337	-	3.337	-	-	-
		<b>28.579</b>	<b>3.046</b>	<b>31.625</b>	<b>(16.559)</b>	<b>(537)</b>	<b>(17.096)</b>
<b>Líquido</b>					<b>12.020</b>		<b>14.529</b>

  

		Custo			Amortização		
		Saldo em 31/12/2012	Aquisições	Saldo em 31/12/2013	Saldo em 31/12/2012	Amortização	Saldo em 31/12/2013
<b>Vida útil definida</b>							
Software	5 anos	26.956	3.053	30.009	(17.868)	(710)	(18.578)
Ágio aquis. investim Duraferro	indefinida	5.005	-	5.005	-	-	-
		<b>31.961</b>	<b>3.053</b>	<b>35.014</b>	<b>(17.868)</b>	<b>(710)</b>	<b>(18.578)</b>
<b>Líquido</b>					<b>14.093</b>		<b>16.436</b>

Composição do saldo dos ágios: A partir de 01 de janeiro de 2009 os saldos residuais de ágios não sofrem amortizações e são objetos de teste anual de recuperação do valor contábil, conforme o CPC 1 (R1).

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas Controladas não identificaram necessidade de constituição de provisão para perdas com base nas projeções de resultados aprovados pelos órgãos da administração.

## 16. Empréstimos e financiamentos

Imobilizado:	Indexador	Taxa média anual de juros em 12/2013	Vencimentos dos Contratos	Controladora		Consolidado	
				31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012 Reapresentado
BNDES - Finem	TJLP	1,80%	15/06/15	4.829	7.930	4.829	7.930
BNDES - Finem	TJLP	2,90%	15/03/13	-	255	-	255
BNDES - Finem	TJLP	2,34%	15/02/16	-	-	1.829	2.613
BNDES - Finem	TJLP	4,80%	16/11/15	-	-	3.773	5.999
Bndes - Prosoft	Fixo	8,50%	15/02/15	2.542	3.828	2.542	3.828
BNDES - Finame	TJLP	1,40%	15/01/14	15	249	15	450
BNDES - Finame	TJLP	2,30%	15/09/13	-	-	-	18
BNDES - Finame	TJLP	3,06%	15/09/13	-	-	-	1.163
BNDES - Finame	Fixa	4,79%	15/09/15	-	-	1.542	2.523
Outros	Fixa	16,20%	13/08/14	-	-	924	2.343
Outros	CDI	123% do CDI	14/09/15	1.575	2.475	1.575	2.475
Arrendamento Mercantil	Fixo	17,16%	06/05/14	-	-	550	2.486
<b>Sub-Total</b>				<b>8.961</b>	<b>14.737</b>	<b>17.579</b>	<b>32.083</b>
<b>Capital de Giro:</b>							
Financiamento Importação	EUR	2,97%	01/11/12 a 01/02/13	-	3.473	-	3.473
Financiamento Importação	EUR	2,25%	04/01/14 a 13/06/14	11.687	-	11.687	-
Financiamento Importação	USD	3,03%	01/02/13	-	874	-	874
Financiamento Importação	USD	2,65%	27/01/14	358	-	358	-
Nota de Credito Exportação	CDI	0,00%	10/01/14	16.867	14.793	16.867	14.793
Capital de Giro	CDI	3,70%	15/06/15	-	41.854	-	41.854
Capital de Giro	CDI	1,80%	15/07/14 a 15/12/14	14.377	-	14.377	-
Capital de Giro - Progeren	CDI	136% do CDI	17/01/14	5.076	-	5.076	-
Finame Fabricante	Fixa	8,70%	15/08/13	-	20.250	-	20.250
Finame Fabricante	Fixa	3,00%	15/04/14 a 15/01/15	85.288	-	85.288	-
Finame Fabricante	Fixa	3,50%	17/11/14 a 15/01/15	-	-	13.000	-
Financiamento Fornecedores							
Serviços Petrobras	CDI	5,00%	11/08/13	-	-	-	3.757
<b>Total Capital de Giro:</b>				<b>133.653</b>	<b>81.244</b>	<b>146.653</b>	<b>85.001</b>
<b>Total Geral:</b>				<b>142.614</b>	<b>95.981</b>	<b>164.232</b>	<b>117.084</b>
<b>Parcela Circulante</b>				<b>128.300</b>	<b>49.303</b>	<b>142.042</b>	<b>61.506</b>
<b>Parcela não circulante</b>				<b>14.314</b>	<b>46.678</b>	<b>22.190</b>	<b>55.578</b>
<b>Juros Pagos</b>				<b>13.292</b>	<b>7.695</b>	<b>14.706</b>	<b>2.547</b>

Para os contratos de financiamentos celebrados junto ao BNDES com taxas de juros inferiores às taxas praticadas no mercado, as quais enquadram-se no escopo do IAS 20 /CPC 7, foram efetuados cálculos comparativos para cada contrato com a utilização do método de juros efetivos definidos pelo IAS 39 / CPC 38. As comparações foram efetuadas entre o valor total da dívida calculada com base na respectiva taxa pactuada e o cálculo de acordo com as taxas de mercado (valor justo). A receita de subvenção concedida pelo BNDES a apropriar, ajustada a valor presente em 31 de dezembro de 2013, resultou para a Controladora em R\$ 2.593 e para o Consolidado R\$ 3.322. Em 31 de dezembro de 2012 foi nula para a Controladora e R\$ 80 (Consolidado).

Os financiamentos Finame têm como garantia os próprios bens financiados. Os demais financiamentos não possuem garantia. A Companhia e suas Controladas não possuem cláusulas restritivas (*covenants*).

Os juros de empréstimos e financiamentos pagos no período estão classificados como atividade de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa.

## Cronograma de desembolsos - Não circulante

Ano	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
2014	-	35.743	-	41.051
2015	14.314	10.935	21.842	14.161
2016	-	-	348	366
	<b>14.314</b>	<b>46.678</b>	<b>22.190</b>	<b>55.578</b>

### 16.1. Arrendamento mercantil

A Companhia e suas Controladas possuem ativos com contrato de arrendamento mercantil financeiro. Os contratos possuem prazo de duração de 4 a 5 anos, com cláusulas de opção de renovação e opção de compra após essa data.

Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no ativo imobilizado das suas Controladas.

Valor presente das parcelas obrigatórias do contrato (financiamentos):

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Máquinas e equipamentos	550	2.285
Veículos	-	201
<b>Total</b>	<b>550</b>	<b>2.486</b>
<b>Parcela Circulante</b>	<b>550</b>	<b>1.942</b>
<b>Parcela não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>544</b>
<b>Total</b>	<b>550</b>	<b>2.486</b>

O cronograma de desembolso está apresentado conforme segue:

Cronograma de Desembolsos-Não Circulante		Consolidado
	31/12/2013	31/12/2012
Mais de um ano e até 2 anos	-	544
	<b>-</b>	<b>544</b>

### 17. Adiantamentos de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
				<b>Reapresentado</b>
Saldo de adiantamento de clientes	<b>78.672</b>	<b>45.555</b>	<b>82.695</b>	<b>51.415</b>

A conta “Adiantamento de clientes” está composta principalmente de valores decorrentes das condições de recebimento referentes a contratos de fabricação de equipamentos e serviços sob encomenda (Contratos de construção vide nota explicativa 7) e representam a quantia bruta devida ao contratante

relativa aos valores recebidos por conta de trabalhos do contrato ainda por executar, equivalente ao excedente em relação à receita reconhecida através do método da percentagem completada, conforme previsto no CPC 17 (R1) - Contratos de construção.

## 18. Provisão para demandas judiciais

A Companhia e suas Controladas são parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em avaliação de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

### Movimentação dos processos no período

	31/12/2012		Controladora 31/12/2013
	Saldo Inicial	Adição/ reversão / utilização de provisões	Saldo final
Trabalhistas/cíveis	1.351	(690)	661
Tributárias:			
.Federal	3.602	(118)	3.484
.Estadual	462	(462)	-
.Municipal	56	-	56
<b>Subtotal tributárias</b>	<b>4.120</b>	<b>(580)</b>	<b>3.540</b>
	<b>5.471</b>	<b>(1.270)</b>	<b>4.201</b>

	31/12/2012		Consolidado 31/12/2013
	Saldo Inicial Reapresentado	Adição/ reversão / utilização de provisões	Saldo final
Trabalhistas/cíveis	2.393	(1.022)	1.371
Tributárias:			
.Federal	8.220	(113)	8.107
.Estadual	462	(462)	-
.Municipal	392	(336)	56
<b>Subtotal tributárias</b>	<b>9.074</b>	<b>(911)</b>	<b>8.163</b>
	<b>11.467</b>	<b>(1.933)</b>	<b>9.534</b>

## Prováveis

### Demandas trabalhistas e cíveis

Não foram identificados processos individualmente relevantes. Dos processos existentes são pleiteadas as seguintes verbas: horas extras, férias, adicional de periculosidade, insalubridade, dentre outras. Atualmente existem processos trabalhistas e cíveis em curso contra a Companhia e suas Controladas, para os quais foram provisionados R\$ 661 na controladora (em 31 de dezembro de 2012 era R\$ 1.351) e

R\$ 1.371 no consolidado (em 31 de dezembro de 2012 o valor reapresentado era de R\$ 2.393), relativos aos processos classificados por nossa assessoria jurídica como perda provável.

### **Demandas tributárias**

A Companhia e suas Controladas possuem processos administrativos e judiciais relativos a demandas tributárias em andamento nos quais são partes, sendo que, para as contingências classificadas pelos nossos assessores jurídicos como provável exigência de recursos, foi provisionado na controladora o valor total de R\$ 3.540 (em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 4.120) e no consolidado R\$ 8.163 (em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 9.074).

### **Possíveis**

Para os processos trabalhistas, cíveis e tributários avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança, no montante de R\$ 34.361 (em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 38.866), nenhuma provisão foi constituída.

Das contingências classificadas como possíveis, os processos considerados relevantes referem-se a demandas tributárias onde se discute:

- Incidência de INSS sobre a participação da diretoria nos lucros da Companhia enquanto diretores com contrato de trabalho suspenso: R\$ 2.489;
- Incidência de contribuição social sobre o lucro líquido correspondente a exportações efetuadas no ano de 1989: R\$ 3.000.

## **19. Patrimônio líquido (controladora)**

### **a. Capital social**

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o capital social, subscrito e integralizado de R\$ 116.800, está representado por 607.192 ações ordinárias e 992.808 ações preferenciais, perfazendo um total de 1.600.000 ações sem valor nominal.

### **b. Reservas de capital**

- *Reservas de incentivos fiscais*

É destinada à parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos.

### **c. Reservas de lucros**

O saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

- *Reserva legal*

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- *Reservas de retenção de lucros*

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital.

- *Reservas de lucros a realizar*

Essa reserva é constituída como uma destinação do lucro do exercício ou parte dele, ainda não realizado financeiramente pela Companhia para fins de distribuição de dividendos.

**d. Ajuste de avaliação patrimonial**

São classificadas como ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a preço de mercado.

**e. Remuneração dos acionistas**

Por força do Artigo 6º, alínea a, do Estatuto Social, foi contabilizado à conta de Reserva de lucros, a distribuição de dividendos mínimos no valor de R\$ 5.798 às ações preferenciais, correspondente a 8% ao ano sobre o respectivo Capital Social com valor de R\$ 5,84 por ação.

	31/12/2013	31/12/2012 Reapresentado
Prejuízo do exercício	(39.231)	(24.703)
Lucros da realização da depreciação sobre ajuste aval. patrimonial (IFRS)	4.296	4.900
<b>Subtotal</b>	<b>(34.935)</b>	<b>(19.803)</b>
Reserva para incentivos fiscais – Investidas	(6.845)	(19.676)
Reserva lucros a realizar	(612)	(481)
<b>Total</b>	<b>(42.392)</b>	<b>(39.960)</b>
Dividendos mínimos obrigatório 8% sobre o capital social (ações preferenciais)	5.798	5.798

**f. Lucro/Prejuízo por ação**

Básico - O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia. Não houve novas emissões de ações nem mesmo compra de ações próprias durante o período findo em 31 de dezembro de 2013.

31/12/2013	Ordinárias	Preferenciais	Total
Prejuízo atribuível aos acionistas da controladora	(14.883)	(24.348)	(39.231)
Média ponderada da quantidade de ações no período (em milhares)	607	993	1.600
Média ponderada da quantidade de ações em circulação (em milhares)	607	993	1.600
Prejuízo por ação	(24,52)	(24,52)	(24,52)

Diluído - O prejuízo por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações preferenciais e ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações preferenciais e ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui ações potenciais ou quaisquer outros instrumentos financeiros conversíveis que provocariam diluição, dessa forma, o

prejuízo por ação diluído não possui diferença em relação ao prejuízo básico por ação.

## 20. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012 Reapresentado
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros	(13.795)	(13.002)	(14.577)	(14.605)
Variações cambiais passivas	(4.177)	(1.463)	(4.235)	(1.467)
Fianças bancárias	(1.296)	(981)	(1.300)	(981)
IOF	(1.758)	(1.391)	(2.049)	(1.688)
Descontos concedidos	(148)	(1.278)	(176)	(1.727)
Outros	(312)	(386)	(409)	(405)
	<b>(21.486)</b>	<b>(18.501)</b>	<b>(22.746)</b>	<b>(20.873)</b>
<b>Receitas financeiras</b>				
Juros	5.212	3.409	3.045	2.782
Variações cambiais ativas	367	-	450	31
Juros sobre capital próprio	12	760	667	1.444
Ganho aplicações financeiras	2.126	330	2.205	883
Outros	218	-	351	38
	<b>7.935</b>	<b>4.499</b>	<b>6.718</b>	<b>5.178</b>
<b>Líquido</b>	<b>(13.551)</b>	<b>(14.002)</b>	<b>(16.028)</b>	<b>(15.695)</b>

## 21. Outras receitas e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012 Reapresentado
Provisões (reversões) operacionais	(4.509)	3.951	(4.279)	3.806
Lucro (prejuízo) na venda de bens do imobilizado e investimentos	(371)	14.821	156	14.744
Subvenções governamentais*	-	-	936	827
Dividendos recebidos	-	248	117	529
Recuperação de despesas	-	-	-	617
Perdas c/créditos incobráveis	-	(2.827)	-	(2.827)
Custo ociosidade fabricação	(7.347)	(5.883)	(7.347)	(6.541)
Multa por atraso de fornecimento	752	3.092	752	441
Outras receitas operacionais	1.423	430	2.129	752
	<b>(10.052)</b>	<b>13.832</b>	<b>(7.536)</b>	<b>12.348</b>

(\*) As subvenções governamentais, uma vez atendidos os requisitos necessários, foram reconhecidas como receita conforme determina o CPC 7 – Subvenção e assistência governamentais, entretanto, devido a restrições legais quanto à sua distribuição aos sócios ou acionistas, foram transferidas à conta de Reserva de incentivos fiscais.

Os custos com ociosidade referem-se à situação anormal e temporária de ocupação dos meios produtivos.

## 22. Informação por segmento

Para fins de administração, as entidades do consolidado da Companhia são divididas em unidades de negócio, com base nos produtos e serviços, com dois segmentos operacionais:

- O segmento de mecânica correspondente à fabricação de equipamentos sob encomenda e;
- O segmento de aços e serviços representado pela laminação de metais e serviços diversos.

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho. O desempenho dos segmentos é avaliado com base na receita bruta e no lucro ou prejuízo líquido.

31/12/2012	MECÂNICA	AÇOS E SERVIÇOS	ELIMINAÇÕES	CONSOLIDADO Reapresentado
Receita líquida	224.497	94.884	(9.301)	310.080
Prejuízo	(31.436)	(13.286)	18.553	(26.169)
Ativos operacionais	582.692	246.276	(115.273)	713.695
Passivos operacionais	260.523	110.111	(67.118)	303.516

31/12/2013	MECÂNICA	AÇOS E SERVIÇOS	ELIMINAÇÕES	CONSOLIDADO
Receita líquida	319.186	118.359	(12.596)	424.949
Prejuízo	(34.360)	(12.741)	7.870	(39.231)
Ativos operacionais	663.110	245.891	(149.152)	759.849
Passivos operacionais	373.194	138.386	(111.706)	399.874

## 23. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
	Reapresentado			
Receita bruta vendas de produtos	389.957	312.525	436.216	338.579
Receita bruta serviços prestados	-	-	41.543	32.550
Impostos s/ vendas	(37.613)	(45.528)	(49.605)	(57.380)
Abatimentos e devoluções	(2.884)	(3.669)	(3.205)	(3.669)
Receita Líquida	349.460	263.328	424.949	310.080

## 24. Despesa por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
	Reapresentado			
Materiais e demais desp.comerciais e adm.	(245.219)	(181.321)	(277.322)	(197.844)
Gastos com pessoal	(104.696)	(108.743)	(149.125)	(150.292)
Depreciação/amortização	(10.663)	(9.201)	(17.721)	(17.152)
	<b>(360.578)</b>	<b>(299.265)</b>	<b>(444.168)</b>	<b>(365.288)</b>



	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
				Reapresentado
Custo dos produtos vendidos e/ou serviços prestados	(309.314)	(250.020)	(375.331)	(294.305)
Despesas com vendas	(27.354)	(24.101)	(29.797)	(26.867)
Despesas gerais e administrativas	(18.681)	(20.632)	(33.789)	(39.574)
Honorários e participação da administração	(5.229)	(4.512)	(5.251)	(4.542)
	<b>(360.578)</b>	<b>(299.265)</b>	<b>(444.168)</b>	<b>(365.288)</b>

## 25. Cobertura de seguros

A Companhia e suas Controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo permanente e estoques.

O valor total dos riscos diversos conforme apólice vigente em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 149.252 e (em 31 de dezembro de 2012 o valor reapresentado era de R\$ 149.906).

## 26. Instrumentos financeiros

### a. Visão geral

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e das suas Controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas contábeis dos valores de realização mais adequados, consequentemente tais estimativas estão sujeitas às premissas das “*estimativas contábeis*”, conforme consta na nota explicativa 3 - *Sumário das principais práticas contábeis*.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

### b. Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, tais como caixa e bancos, empréstimos e financiamentos, apresentam-se pelos seus valores contratuais, os quais se aproximam dos valores de realização e mercado, respectivamente. O investimento na Vale S.A., foi classificado na categoria “Investimentos disponíveis para a venda”, e está sendo mantido exclusivamente com finalidade de aplicação financeira. Esse investimento encontra-se avaliado pelo seu valor justo, com base nas cotações de mercado de fechamento nas datas dos balanços e suas variações são registradas em “Outros resultados abrangentes” no patrimônio líquido.

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos junto a agentes financeiros de primeira linha. Os derivativos são avaliados utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado e referem-se a contratos cambiais a termo. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos a termo. Os modelos incorporam diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio à vista e a termo e curvas das taxas de juros.

### Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. São avaliados por essa hierarquia os saldos de empréstimos e financiamentos;
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente. São avaliados por essa hierarquia os instrumentos financeiros derivativos.

Não existem instrumentos financeiros classificados nas categorias de mantidos até o vencimento.

### **c. Ativos e passivos em moeda estrangeira - Consolidado**

Os saldos de ativos e passivos denominados em moeda estrangeira estão demonstrados abaixo:

Natureza do Saldo	Valores ( em R\$ mil)		Moeda
	31/12/2013	31/12/2012	
Adiantamentos para importações	3.183	1.829	EUR
Adiantamentos para importações	457	211	USD
Financiamento Finimp	11.687	3.473	EUR
Financiamento Finimp	358	874	USD
Importações de materiais	286	342	EUR
Importações de materiais	879	780	USD

### **d. Riscos**

As operações da Companhia e das suas Controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

#### *Risco de crédito*

Decorre da possibilidade da Companhia e suas Controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas Controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. Entretanto as respectivas situações atuais dos fluxos de caixas contratuais dos projetos estão sujeitas aos riscos de atrasos de pagamentos por parte dos clientes e suspensões de contratos. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas Controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

#### *Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos*

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia e das suas Controladas. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas Controladas monitoram permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

### Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas Controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas Controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, e em determinadas circunstâncias podem ser efetuadas operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações. Os resultados (ganhos e perdas) apurados nas operações com derivativos estão integralmente reconhecidos na demonstração do resultado do período da controladora conforme demonstra a nota explicativa 20.

### Sensibilidade de taxa de juros sobre empréstimos e financiamentos

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no Lucro consolidado antes da tributação. Com relação ao Patrimônio líquido consolidado, o impacto apresentado não é significativo.

	Aumento/Redução em pontos base	Efeito no Lucro antes da tributação	Efeito no Patrimônio antes da tributação
31/12/2013	+ 100	(455)	(455)
	+ 150	(676)	(676)
	-25	113	113
	- 50	226	226
31/12/2012	+ 25	(229)	(229)
	+ 50	(457)	(457)
	-25	229	229
	- 50	457	457

A oscilação estimada em pontos base para a análise de sensibilidade a taxas de juros é baseada nas taxas atualmente praticadas no ambiente de mercado correlacionada as taxas negociadas nos contratos das empresas que compõem o Patrimônio consolidado.

### Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas Controladas para aquisição de insumos, venda de produtos e contratação de instrumentos financeiros. A Companhia e suas Controladas avaliam permanentemente a possibilidade de contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

### Derivativos em aberto

A posição consolidada de derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2013, agrupada por ativo ou indexador de referência, sendo ela negociada no mercado de balcão, está assim demonstrada:

Em R\$ mil	Vencimento	Valor justo em 31/12/2013
Descrição		
Swap		
Posição ativa - CDI + 4% aa	10-01-2014	13.085
Posição passiva - CDI + variação cambial		(15.966)
		(2.881)

**e. Análise de sensibilidade de oscilações das taxas de câmbio de moedas estrangeiras**

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de câmbio do dólar, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no Lucro Consolidado antes da tributação.

	Aumento/Redução em Percentual s/ taxa de câmbio	Efeito no Lucro antes da tributação	Efeito no Patrimônio antes da tributação
31/12/2013	+25%	(3.011)	(3.011)
	+50%	(6.023)	(6.023)
	-25%	3.011	3.011
	-50%	6.023	6.023
31/12/2012	+25%	(544)	(544)
	+50%	(1.088)	(1.088)
	-25%	544	544
	-50%	1.088	1.088

**Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)**

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas Controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas Controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*), quando aplicável, previstos em contratos de empréstimos e financiamentos. Em determinadas circunstâncias podem ser efetuadas operações de *hedge* para evitar oscilações do custo financeiro das operações.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o período findo em 31 de dezembro de 2013.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
	Reapresentado		Reapresentado	
Empréstimos e financiamentos	142.614	95.981	164.232	117.084
Fornecedores	51.605	37.495	57.385	40.944
Partes relacionadas	21.571	10.476	-	-
Provisão IR e CSLL	-	-	248	71
Provisão participação da diretoria/empregados	210	293	210	293
Dividendos propostos/juros sobre capital próprio	6.025	5.989	6.025	5.989
Adiantamento de clientes	78.672	45.555	82.695	51.415
Provisão de férias e encargos	11.356	11.222	15.433	14.747
Provisão para contingências	4.201	5.471	9.534	11.467
Provisão IR e CSLL diferidos	31.143	32.983	42.977	45.879
Outros	30.142	12.530	21.135	15.627
<b>Dívida líquida</b>	<b>377.539</b>	<b>257.995</b>	<b>399.874</b>	<b>303.516</b>
Patrimônio líquido	351.723	402.531	359.975	410.179
<b>Patrimônio líquido e dívida líquida</b>	<b>729.262</b>	<b>660.526</b>	<b>759.849</b>	<b>713.695</b>
<b>Coefficiente de alavancagem</b>	<b>0,52</b>	<b>0,39</b>	<b>0,53</b>	<b>0,43</b>

### *Risco de concentração de negócios*

Considerando as características do mercado de bens de capitais de longo prazo de fabricação, a Companhia e suas Controladas estão sujeitas ao risco de concentração de negócios.

## **27. Tributação**

### **Medida Provisória nº 627 de 2013 e IN 1397 de 2013.**

A Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013 (MP 627) e Instrução Normativa 1397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN 1422, de 19 de dezembro de 2013 (IN 1397), trouxeram diversas providências, dentre as quais destacamos as seguintes: (i) revogação do Regime Tributário de Transição (RTT); (ii) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do IRPJ bem como na legislação pertinente à CSLL; (iii) definição de que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iv) inclusão de tratamento específico sobre a tributação de lucros ou dividendos; (v) inclusão de disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (vi) novas considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As providências da MP indicadas nos itens (i) a (iii) acima entram em vigor a partir de 2015. Entretanto, a referida MP permite que o contribuinte opte pela antecipação dos efeitos para 2014 (de forma irretratável) como condição para eliminar eventuais efeitos tributários relacionados a dividendos pagos até a data da publicação da referida MP, ao cálculo dos juros sobre capital próprio e à avaliação dos investimentos relevantes em sociedades controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial.

Em que pese existir uma tendência da Companhia manifestar-se pela referida adoção antecipada, a decisão final sobre o efetivo exercício de tal opção será tomada quando da conversão do texto final da MP em lei, cujo prazo final para manifestação é o dia 06 de abril de 2014, conforme legislação pertinente. Segundo a avaliação preliminar da Administração, não se espera que a eventual adoção antecipada tenha impacto relevante sobre os resultados da Companhia.

A Administração da Companhia continua analisando outros eventuais impactos decorrentes da referida Medida.

\* \* \* \* \*

**Conselho de administração**

Claudio Bardella  
Alfredo Camargo Penteado Neto  
José Eduardo Carvalho de Almeida Machado  
Mauro Fernando Maria Arruda

Presidente  
Vice-Presidente  
Conselheiro  
Conselheiro

**Conselho Fiscal**

Antonio Luiz Sampaio Carvalho  
Carlos Jorge Loureiro  
Henrique Alves de Araújo  
Massao Fabio Oya  
José Eduardo Escorel de Carvalho

Conselheiro  
Conselheiro  
Conselheiro  
Conselheiro  
Conselheiro

**Diretoria**

José Roberto Mendes da Silva  
Eduardo Fantin  
Rubens Geraldo Gunther

Diretor Presidente  
Diretor  
Diretor

**Contador**

Luiz Honório Martins  
CRC - 1SP128092/O-2

\* \* \* \* \*